

**ANÁLISE DO USO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES A PARTIR
DOS PLANOS ESCOLARES E DOS PROGRAMAS MUNICIPAIS E SUAS
ESTRATÉGIAS DE EFETIVAÇÃO**

1. Introdução

Indicadores no setor de educação que relacionam resultados na aprendizagem com o funcionamento e gestão de políticas e programas educacionais pretendem evidenciar que existem, por exemplo, escolas com excelentes condições físicas e materiais, em que os alunos não possuem desempenho satisfatório; outras escolas possuem um corpo docente adequado e preparado para enfrentar os desafios, mas no conjunto os esforços individuais são fragmentados e se diluem em ações pedagógicas desarticuladas. Esses e outros exemplos apontam que ainda que existam insumos e instrumentos estes se tornam ineficazes para orientar um ensino de qualidade com resultados robustos.

Assim, nas últimas duas décadas, tem-se consolidado a cultura de realizar diversos tipos de avaliações de políticas públicas e programas na área de educação com vistas à melhoria dos processos e ao aumento da eficácia destas políticas e programas. O monitoramento e avaliação destas iniciativas públicas dependem da disponibilidade de dados e registros, do desenho de pesquisas periódicas com metodologias inovadoras sobre os mais variados aspectos do processo educacional.

Tomando como eixo a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem nenhum processo de transformação será sustentável se a questão gerencial não é equacionada. Assim, um modelo de gestão que priorize uma visão integrada da escola como organização integrada, capaz de promover uma prática pedagógica de excelência, com objetivos bem definidos e estratégias para alcançá-los para atender as demandas educacionais cuja dinâmica e focada nas tecnologias e nos conhecimentos.

Uma dimensão central diz respeito ao desempenho dos alunos na absorção do conhecimento nos diferentes ciclos do ensino regular básico. Uma referência fundamental no âmbito nacional tem sido o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) que mensura a proficiência em matemática e língua portuguesa¹ e cuja primeira aplicação foi em 1990. Estas provas são aplicadas na 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e também no 3^o ano do ensino médio. A

¹ Alunos fazem as provas de Língua Portuguesa com foco na leitura e de Matemática com foco na resolução de problemas.

pesquisa é de caráter amostral e representativa das escolas públicas e privadas das áreas rural e urbana.

Posteriormente, em 2005, foi criada a Prova Brasil. Nesta primeira edição a Prova Brasil foi aplicada apenas aos estudantes das 4^a e 8^a séries do ensino fundamental. Diferente do SAEB, a Prova Brasil é quase universal em todas as escolas públicas da área urbana.

Ambas as experiências – com todas as limitações já apontadas – constituíram um marco central e para que se apliquem metodologias no âmbito estadual e, em muitos casos, no âmbito municipal. Assim o Estado do Ceará, através da sua Secretaria de Educação, implantou, desde 1992, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE).

Pode-se afirmar que estas ferramentas de avaliação são de grande transcendência não somente pela própria riqueza dos questionários, mas também por ser resultado de uma discussão metodológica e inovadora do papel da avaliação. Em síntese, se o país e o Estado do Ceará andaram uma distância considerável na difusão deste tipo de ferramentas e na popularização das mesmas, ainda deve-se progredir em outros aspectos.

Em primeiro lugar, no fortalecimento da utilização efetiva do SPAECE no planejamento e monitoramento dos diversos programas educacionais públicos tanto no âmbito estadual quanto municipal.

Em segundo lugar, na compreensão de que ferramentas como o SPAECE – junto a outros instrumentos de avaliação – são de grande utilidade para o redesenho e reestruturação de programas e metas em um processo constante de melhoria e adaptação a condições e desafios sempre em permanente transformação. Aceita a proposição central de que iniciativas de política pública e contextos nos quais elas operam possuem um caráter dinâmico, ferramentas de avaliação como o SPAECE, devem se constituir em instrumentos dinâmicos de análise e reformulação de metas.

Finalmente, instrumentos de avaliação como o SPAECE, da mesma forma do que a Prova Brasil ou o SAEB, tem sido utilizados na construção de indicadores sintéticos que mensuram o desenvolvimento educacional de uma escola, município, região, estado ou país. Indicadores sintéticos – não apenas no setor da educação – têm provado seu poder dinamizador e de mobilização dos responsáveis e gestores públicos, do setor privado e dos setores da sociedade

civil. Este tipo de indicadores empoderam a sociedade aumentando a transparência e – em consequência – o controle sobre as diversas ações do poder público.

Porém, é importante sublinhar que indicadores deste tipo são apenas um recorte da realidade complexa e multidimensional do setor da educação. Recortes, além do mais, com uma dose de arbitrariedade na medida em que se incorporam certos indicadores e se deixa de lado outros. O paradoxo é que a popularização de indicadores sintéticos tem levado a uma utilização inadequada para determinar ações e metas.

Em muitos casos, programas e projetos, no seu desenho original, não necessariamente pretendem afetar variáveis do indicador sintético. Assim, ações implantadas nos programas educacionais não terão o efeito desejado na evolução do índice e, desta forma, começa um processo de descrédito da utilidade dos indicadores sintéticos como norteadores da política pública.

Este relatório buscou fortalecer a utilização efetiva do SPAECE e dos índices sintéticos amplamente difundidos no panorama educacional do Estado do Ceará. Para isto, selecionaram-se três programas educacionais que tomam os resultados do SPAECE como eixo central na toma de decisões. Esses programas são o “Prêmio Escola Nota 10”, “Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)” e o “Prêmio Aprender pra Valer”.

As três iniciativas são implantadas em diferentes estágios do ciclo educacional regular básico. O Prêmio Nota 10 trabalha com as duas primeiras series do ensino Fundamental e tem por objetivo melhorar os resultados da alfabetização de crianças. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) será analisado apenas nas escolas do ensino fundamental. Finalmente, o Prêmio Aprender pra Valer é implantado nas escolas do Ensino Médio.

O relatório está dividido em quatro seções além desta Introdução. Na próxima seção se descrevem os aspectos metodológicos da pesquisa, assim como as principais características do SPAECE. As seções 3 a 5 dedicam-se à análise de resultados dos três programas acima mencionados. Na seção 6 conclui-se.

2. Descrição dos aspectos metodológicos da pesquisa

A presente seção esta dividida em duas partes. Na primeira parte, descreve-se de forma sucinta as características do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Na segunda parte apresenta-se a metodologia do processamento de dados e indicadores.

2.1 Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE), aplicado desde 1992, tem por objetivo fornecer subsídios à formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de possibilitar aos professores, dirigentes escolares e gestores a compreensão do quadro da situação da Educação Básica na rede pública de ensino do Ceará.

O SPAECE avalia as competências e habilidades de alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática. Realizada de forma censitária e universal, essa avaliação abrange as escolas estaduais e municipais, utilizando testes, com itens elaborados pelos professores da rede pública.

As informações produzidas pelo SPAECE permitem identificar o nível de proficiência dos alunos e a evolução do seu desempenho ao longo do tempo. Além dos testes, são aplicados questionários contextuais que oferecem dados socioeconômicos sobre hábitos de estudo dos alunos e sobre o perfil e a prática de professores e diretores.

O conjunto de informações coletadas pelo SPAECE permite traçar um diagnóstico da aprendizagem dos alunos, detectarem pontos fracos e fortes do processo de ensino e identificar características dos professores e gestores das escolas estaduais. Dado que se trata de uma avaliação longitudinal, possibilita, ainda, acompanhar o progresso de aprendizagem de cada aluno ao longo do tempo.

O SPAECE tem três focos: Avaliação da Alfabetização – SPAECE-Alfa (2º ano do ensino fundamental); Avaliação do Ensino Fundamental (5º e 9º anos); e Avaliação do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries).

A avaliação da alfabetização (SPAECE – Alfa), implementada a partir de 2007, consiste numa avaliação anual, externa e censitária, que visa a identificar e analisar o nível de proficiência em leitura dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede pública (estaduais e municipais) dos 184 municípios que oferecem o 2º ano do Ensino Fundamental e ocorre ao término de cada ano.

Essa avaliação permite acompanhar o desenvolvimento de habilidades em leitura de cada aluno e, ainda, estabelecer comparações com os resultados de avaliações realizadas pelos municípios e/ou pelo Governo Federal (Provinha Brasil).

No Ensino Fundamental – alunos do 5º e 9º anos – a avaliação do SPAECE tem periodicidade bianual, pois se realiza intercalada aos ciclos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB.

A avaliação do Ensino Médio, realizada anualmente, de forma censitária na 1ª, 2ª e 3ª séries, envolve todas as escolas da rede estadual de ensino, e seus anexos, localizadas nos 184 municípios cearenses.

Em 2008, a avaliação do SPAECE realizou-se de forma censitária em, aproximadamente, 628 escolas estaduais e 6.656 escolas municipais, nos 184 municípios do Ceará, que têm alunos matriculados no 2º – SPAECE-Alfa –, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e na 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, em turmas de Ensino Regular, totalizando 614.673 alunos.

A avaliação do SPAECE-Alfa, realizada com alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, foram utilizados 24 itens de leitura em um modelo único de caderno.

Os testes do 5º e 9º ano do ensino fundamental e das séries do ensino médio foram montados utilizando o modelo denominado Blocos Incompletos Balanceados (BIB). Os itens são organizados em blocos que compõem cadernos diferentes, de forma a contemplar as habilidades avaliadas nos segmentos segundo a matriz de referência.

Para o 5º ano, foram utilizados 77 itens de Língua Portuguesa e também 77 de Matemática, distribuídos em 7 blocos de 11 itens, para cada disciplina. Com base nessa distribuição, gerou-se 21 modelos de cadernos. Os alunos responderam a 2 blocos de Língua Portuguesa (22 itens) e 2 blocos de Matemática (22 itens). Assim, cada aluno respondeu, no total, a 44 itens alternados entre Língua Portuguesa e Matemática.

Para o 9º ano do Ensino Fundamental e para a 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, se utiliza 91 itens de Língua Portuguesa e 91 de Matemática, distribuídos em 7 blocos de 13 itens, para cada disciplina. Os alunos responderam a 2 blocos de Língua Portuguesa (26 itens) e 2 blocos de Matemática (26 itens). Assim, cada aluno respondeu, no total, a 52 itens alternados entre Língua Portuguesa e Matemática.

Utilizando os procedimentos da Teoria de Resposta ao Item (TRI) são calculadas as medidas de proficiência dos alunos que são organizadas numa escala de Proficiência que pode ser qualitativamente interpretada.

Por ocasião da aplicação dos testes de Língua Portuguesa e Matemática do SPAECE e da aplicação do teste do SPAECE-Alfa são aplicados questionários contextuais para os estudantes, professores e diretores das escolas de Ensino Fundamental e Médio das redes Estadual e Municipal do Ceará.

Os questionários contextuais investigam o perfil demográfico e social de alunos, professores e diretores das escolas públicas do Ceará, as características referentes às condições de acesso a bens públicos e culturais, às suas interações com a rotina escolar, suas percepções sobre o ambiente em sala de aula, entre outros assuntos que possibilita contextualizar o processo de aprendizagem.

2.2 Processamento de dados e Seleção de Indicadores

A análise empírica está organizada em três dimensões. A primeira parte da análise, destinada a alfabetização das crianças, se utilizou como fontes de informações os dados do SPAECE 2008 e 2009, as informações das escolas premiadas e apoiadas pelo “Prêmio Escola Nota 10” e as informações dos “Planos Escolares” elaborados pelas escolas contempladas pelo “Prêmio Escola Nota 10”.

Utilizando como fonte de informação principal as bases de dados do SPAECE-Alfa de 2008 e 2009 e a lista das 148 escolas premiadas e as 148 escolas apoiadas pelo “Prêmio Escola Nota 10”

foi possível identificar no banco de dados do SPAECE 148 escolas premiadas e as 147 escolas apoiadas em 2008 e 143 escolas premiadas e 144 escolas apoiadas em 2009².

Com base na informação do SPAECE e com a lista do cadastro das escolas contempladas pelo “Prêmio Escola Nota 10” foi possível verificar o número de alunos potencialmente atendidos e beneficiados pelas ações resultantes da Premiação revelando um público potencialmente impactado por tais ações.

Uma vez que o critério de premiação e apoio das escolas pelo “Prêmio Escola Nota 10” tem como referência o Indicador de Desempenho Escolar (IDE) que tem como base de cálculo a nota do SPAECE ALFA e o nível de presença dos alunos, propõe-se analisar qual a influência da presença dos alunos na prova sobre a nota do IDE.

Para entender qual a influência dos planos escolares no desempenho dos alunos, foram sistematizadas as informações dos planos escolares entregues pelas 294 escolas premiadas e apoiadas. A sistematização teve como foco verificar as principais dimensões contempladas nos planos escolares e foram organizadas da seguinte forma: investimento da melhoria na estrutura física; Aquisição de equipamentos eletrônicos; Aquisição de materiais didático-pedagógico; Aparelhamento escolar; Capacitação de professores; Ações com a comunidade escolar; Bonificação aos profissionais do magistério; Implantação de reforço escolar; Atividades pedagógicas complementares.

Para estudar o efeito do “Prêmio Escola Nota 10” associado à mudança dos padrões de aprendizado dos alunos que frequentam nas escolas premiadas e apoiadas pelo projeto utilizaram-se os seguintes critérios:

- a. Verificar as proficiências médias dos alunos das escolas apoiadas, premiadas e não contempladas pelo projeto em 2008 e 2009 e verificar suas variações e diferenças entre os dois períodos;
- b. Comparar o padrão de alfabetização médio das escolas apoiadas, premiadas e não contempladas pelo projeto e verificar as principais alterações segundo o nível de alfabetização em 2008 e 2009 utilizando a escala de alfabetização de proficiência que

² A diferença do número de escola do cadastro das escolas premiadas e apoiadas se deve ao fato de escolas podem ter deixado de existir e ou duas escolas podem ter sido unidas.

define os níveis de alfabetização em Não Alfabetizado, Alfabetização Incompleta, Intermediária, Suficiente e Desejável;

- c. Verificar a transição dos níveis de alfabetização entre 2008 e 2009 segundo o nível de alfabetização das escolas em 2008, ou seja, levando em consideração o padrão de alfabetização médio da escola em 2008 observou-se o nível de alfabetização das escolas em 2009. O que possibilita obter inferências sobre qual o tipo de escola que está mais suscetível a mudanças levando em consideração o tipo de escola segundo a participação ou não “Prêmio Escola Nota 10”.
- d. Uma vez que a heterogeneidade entre escolas e dentro de cada escola é uma variável importante relacionada ao desempenho escolar. Julgou-se importante verificar como os alunos se distribuem em diferentes níveis de alfabetização segundo a participação no “Prêmio Escola Nota 10” e, de acordo com a distribuição dos alunos em 2008, como a escola passou ter sua distribuição em 2009.

Para as escolas e alunos do 5º ano do ensino fundamental a análise teve como propósito verificar se escolas estaduais do ensino fundamental que aderiram ao PDE apresentam níveis diferenciados de proficiência e o padrão em relação à evolução entre 2008 e 2009, quando comparadas com as demais escolas da rede estaduais e da rede municipal e os fatores associados à variação do desempenho.

Para estudar o efeito da participação da Escola no PDE associada à mudança dos padrões de aprendizado utilizaram-se os seguintes critérios:

- a. Verificar as proficiências médias dos alunos das escolas participante no PDE em 2008 e 2009 e verificar suas variações e diferenças entre os dois períodos;
- b. Comparar o padrão de habilidades em matemática e português dos alunos de ensino médio das escolas participante e não participantes do PDE e verificar as principais alterações segundo o nível aprendido em Português e Matemática entre 2008 e 2009 utilizando a escala de aprendizado proficiência que define os níveis em Muito Crítico, Crítico, Intermediário e Adequado;
- c. Verificar a transição dos níveis de proficiência entre 2008 e 2009 segundo o nível de habilidades em português e matemática nas escolas em 2008, ou seja, levando em

consideração o padrão médio de habilidades em português e matemática da escola em 2008 observou-se o nível de habilidade em português e matemática nas escolas em 2009. O que possibilita obter inferências sobre qual o tipo de escola que está mais suscetível a mudanças levando em consideração o tipo de escola segundo a participação no PDE.

A análise para as escolas do ensino médio teve como propósito verificar se o “Prêmio Aprender pra Valer” que tem entre os seus objetivos a construção de um projeto pedagógico está associado à variação do desempenho dos alunos do ensino médio das escolas premiadas.

Para estudar o efeito “Prêmio Aprender pra Valer” associado à mudança dos padrões de aprendizado dos alunos nas escolas de ensino médio contempladas pelo projeto utilizou-se os seguintes critérios:

- a. Verificar as proficiências médias dos alunos, do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio, matriculados nas escolas premiadas pelo “Prêmio Aprender pra Valer” em 2008 e 2009 e verificar suas variações e diferenças entre os dois períodos;
- b. Comparar o padrão de habilidades em matemática e português dos alunos do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio das escolas premiadas pelo “Prêmio Aprender pra Valer” e demais escolas e verificando as principais alterações segundo o nível aprendido em Português e Matemática entre 2008 e 2009 utilizando a escala de aprendizado baseada na proficiência média que define os níveis em Muito Crítico, Crítico, Intermediário e Adequado;
- c. Verificar a transição dos níveis de proficiência entre 2008 e 2009 segundo o nível de habilidades em português e matemática nas escolas em 2008, ou seja, levando em consideração o padrão habilidades em português e matemática média das escolas em 2008, observou-se o nível médio de habilidade em português e matemática nas escolas em 2009. O que possibilita obter inferências sobre qual o tipo de escola que está mais suscetível a mudanças levando em consideração o tipo de escola segundo a premiação pelo “Prêmio Aprender pra Valer”.

A metodologia de construção das provas do SPAECE é baseada da Teoria de Resposta ao Item que possibilita a construção de uma escala de proficiência segundo uma matriz de referência. A

calibração das proficiências utilizada torna a escala comparável entre os dois anos e entre os níveis de ensino. As análises de transição do nível de aprendizagem das escolas entre 2008 e 2009 só foram possíveis por causa da comparabilidade das notas entre 2007 e 2008.

3. Prêmio Escola Nota Dez

Visando aprimorar a qualidade da alfabetização dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental ofertado pelo Estado e municípios, a Secretaria de Educação do Ceará desenvolveu o programa Prêmio Escola Nota Dez. A premiação estadual, contemplada pelo programa, preconiza a melhoria dos indicadores educacionais de alfabetização escolar no estado.

O prêmio promove apoio financeiro às escolas, com os melhores resultados no Índice de Desenvolvimento Escolar-Alfabetização (IDE-Alfa), permitindo o alcance de metas pré-estabelecidas pela própria escola, com o propósito de aperfeiçoar a aprendizagem inicial da leitura e da escrita. Além do apoio financeiro concedido pelo Estado, com intuito de refinar o aprendizado, as escolas premiadas possuem o encargo de centralizar seus esforços para uma das escolas com menor desempenho no IDE-Alfa, realizando ações de cooperação técnico-pedagógica.

O programa possibilita uma interação entre as escolas municipais e estaduais cearenses. A ajuda mútua é a ferramenta central do projeto, criado pela SEDUC, incentivando a correção progressiva das disparidades no padrão de qualidade do ensino. A funcionalidade do programa é dinâmica e de natureza agregacional. Demonstra de forma clara, o papel de cada agente-escola no processo de melhoria dos indicadores educacionais e promove parcerias pela conquista de melhores resultados.

O projeto visa enfrentar os problemas relacionados à educação básica em termos de escrita alfabética, concentrando ações que possibilitem a evolução da aprendizagem, das habilidades e das competências do alunado e a melhoria das condições estruturais das escolas do Estado. Dessa forma, o projeto espera contribuir para a formação dos futuros cidadãos, investindo na melhoria das práticas de leitura e escrita, tornando-os capacitados para os desafios do futuro.

3.1 Operacionalização do Programa

O público alvo do Prêmio Escola Nota Dez são alunos do 2º ano do Ensino Fundamental regular, matriculados em escolas estaduais e municipais. Nesse estágio da aprendizagem, os alunos são submetidos a um complexo processo de representação e compreensão da língua portuguesa. É fundamental tornar esse período o mais fácil e prazeroso possível posto que será importante para as fases seguintes da vida escolar do aluno.

O programa visa uma intensa parceria entre seus atores. Uma vez que o aluno é o principal beneficiado, os responsáveis pelo seu desempenho têm um papel importante. Os professores transferem conhecimento e estímulos aos seus educandos. Ele é o ator que deve tornar o processo de ensino mais fácil, com intuito de superar o analfabetismo. Sua atuação precisa ser eficaz e necessita-se de investimentos em sua formação.

As escolas participantes do Prêmio Escola Nota Dez receberam atribuições necessárias ao processo. A principal função dessas escolas é desenvolver ações de cooperação técnico-pedagógica, uma forma de ajudar mutuamente os dois lados envolvidos no programa, através de encontros e reuniões.

Assim, a colaboração é uma troca recíproca de conhecimentos, técnicas, metodologias, inovações e boas idéias. A elaboração dos planos de ação é feita no início do processo e visa demonstrar com clareza a atuação dessas escolas. A escola deve apresentar a meta que se esperava atingir no IDE-Alfa em 2009 e as ações que estarão sendo priorizadas com intuito de melhorar a aprendizagem dos alunos.

A forma como o Governo do Estado do Ceará, através da SEDUC, encontrou para monitorar e avaliar o sistema educacional do estado foi por meio do SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica). É uma ferramenta que fornece informações sobre o desempenho dos alunos, as condições socioeconômicas dos mesmos e dados sobre as práticas pedagógicas e a gestão das escolas. Os resultados encontrados no SPAECE possibilitam a formulação de políticas educacionais.

Com esse objetivo, foi desenvolvida a ampliação do SPAECE em algumas avaliações, voltadas para cada estágio da vida do estudante. A Avaliação da Alfabetização – SPAECE-Alfa – identifica

e examina a aptidão em leitura dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental. Esse instrumento será utilizado no âmbito da avaliação do Programa Escola Nota Dez uma vez que será a partir de seus resultados, que serão estimadas as notas dos alunos e comparadas com as metas esperadas.

O sofisticado processo do programa é apresentado no esquema abaixo.

Fase

Inicial

O

Processo

Fase

Final

Devido a sua estrutura dinâmica, o Prêmio Escola Nota Dez possui diversas peculiaridades, expressas na Lei 14.371, de 19 de junho de 2009. A sanção dessa Lei prevê que as escolas premiadas obtiveram média no IDE-Alfa de 2008, situada no intervalo de 8,5 a 10,0. Além disso, essas escolas precisam ter pelo menos 20 alunos, no momento da avaliação. Atendidas essas condições, essas escolas têm o direito de receber R\$2.500,00 por aluno que esteja matriculado no 2º ano do Ensino Fundamental.

Já as escolas que obtiveram os menores resultados no IDE-Alfa de 2008 e possuíam 20 alunos no momento da avaliação serão as escolas apoiadas, recebendo uma contribuição financeira do Estado e ações de cooperação técnico-pedagógica, vindas das escolas premiadas. Fazem parte dessas ações, a elaboração dos planos escolares e viagens de articulação e apoio entre as escolas.

O programa funcionará pelo período de um ano, quando serão analisados os resultados das avaliações do SPAECE-Alfa, comparando-os com as metas estabelecidas.

3.2 Condicionalidades

Os recursos financeiros concedidos às escolas serão utilizados apenas para a melhoria das condições escolares e dos resultados da aprendizagem dos alunos. Isso significa que as melhorias podem ser utilizadas em investimentos na formação dos professores, aulas de reforço escolar, aquisição de materiais didático-pedagógicos, equipamentos eletrônicos e mobílias e melhorias estruturais como construções de espaços, reformas ou adequação de áreas.

O prêmio, concedido às escolas premiadas, é entregue em duas parcelas, a primeira corresponde a 75% do recurso total e a segunda, os 25 % restantes. O auxílio financeiro às escolas apoiadas também é feito em duas parcelas, a primeira de 50% e a segunda, os 50% restantes. A transferência da 2º parcela do prêmio e do auxílio financeiro será efetuada somente se as escolas premiadas conseguirem manter seus bons resultados e se as escolas apoiadas elevarem os seus resultados, alcançando as metas.

3.3 Análise de resultados dos Planos Escolares

Foi feita a análise dos planos escolares das Escolas Premiadas e Apoiadas. Os planos continham as ações a serem executadas pelas escolas durante o ano de 2009, com intuito de gerar impactos positivos no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Em um universo de 296 planos escolares foram analisados 215, sendo que 109 das escolas apoiadas e 106 das escolas premiadas. Nos planos, foi apurado consonâncias entre as ações executadas pelas escolas. Dessa forma, essas ações foram distribuídas em nove categorias principais.

Com o propósito de otimizar o ensino-aprendizagem dos alunos e aplicar melhorias na infraestrutura escolar, mais de 90% das escolas escolheram implementar ações como a aquisição de materiais didático-pedagógico (compra de livros, jogos, brinquedos educativos e material de

apoio pedagógico), aparelhamento escolar (compra de materiais de uso cotidiano, mobiliário e eletrodomésticos) e a aquisição de equipamentos eletrônicos (utensílios de informática, áudio e vídeo).

A capacitação de professores foi implementada por 56% das escolas apoiadas e 42% das escolas premiadas. A cooperação educacional foi feita através de viagens realizadas pelas escolas, e está contemplada em ações com a comunidade escolar. Todas as escolas foram deveriam implementar esse ato uma vez que demonstra a fundamentação do prêmio. As viagens totalizaram cerca de 3 encontros e os gastos foram com transporte, alimentação e hospedagem para os professores visitantes.

A bonificação dos profissionais do magistério era uma condição mínima para a participação das escolas premiadas, portanto, dos planos analisados, todas as escolas implementaram essa ação. Cerca de 84% das escolas premiadas investiram em melhoris na infra-estrutura escolar, reformando as salas de aula, construindo novos espaços e aprimorando as áreas escolares. A implantação de reforço escolar para alunos com dificuldades foi implantada em 19% das escolas apoiadas. A tabela 3.1 demonstra as ações categorizadas e sua relevância quanto escolha feita pelas escolas.



Além das ações, os planos escolares contem as notas alcançadas no IDE-Alfa em 2008 e as metas para alcançarem em 2009. Em média, as escolas apoiadas planejaram um crescimento em torno de 78% e as escolas premiadas, um crescimento de 6%.

3.3.1 Análise dos Resultados

A evolução do rendimento escolar obtido pelos alunos das escolas apoiadas e premiadas, a partir do funcionamento do Prêmio Escola Nota Dez, foi apurada por meio do instrumento de avaliação da alfabetização do Estado do Ceará, o SPAECE-Alfa. Esse instrumento, com o auxílio de um indicador, o IDE-Alfa, compõem as duas formas de monitoramento das notas.

As ações discutidas na seção 3.3 foram implantadas durante o período de 2008 a 2009. Como o SPAECE-Alfa é aplicado anualmente no âmbito da alfabetização, foi possível promover um acompanhamento mais apurado dos resultados esperados pelo Prêmio Escola Nota Dez.

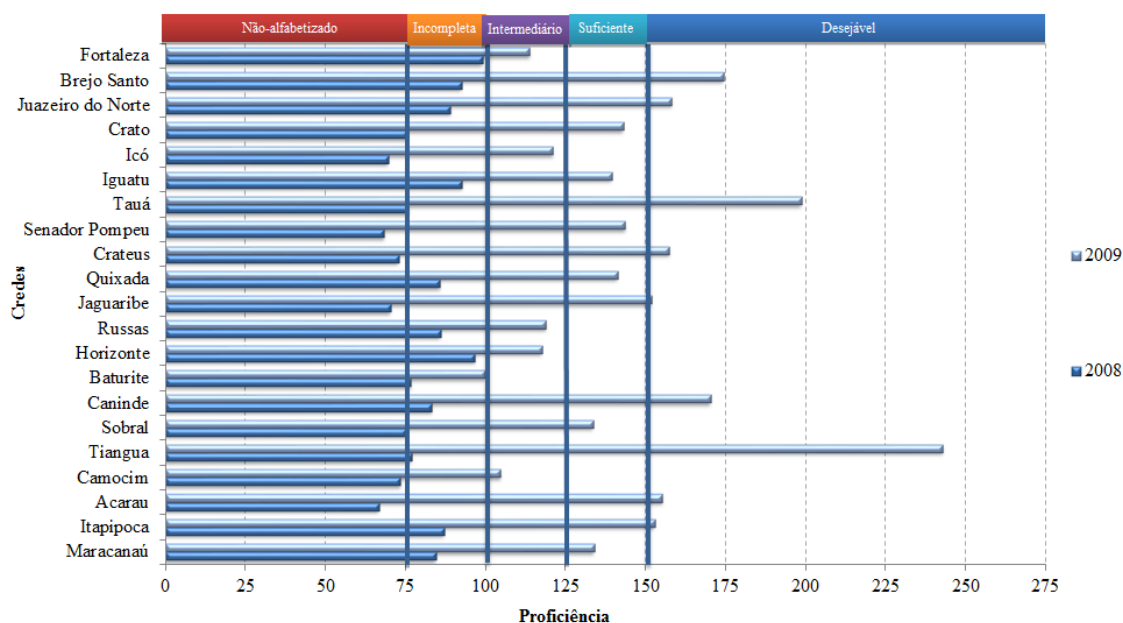
A seguir, nos Gráficos 3.1 e 3.2, utilizando a escala de proficiência do SPAECE, é possível observar a evolução do nível de alfabetização dos alunos, demonstrando o alcance do desempenho escolar.

As escolas apoiadas possuíam em 2008, 46% dos seus alunos na categoria Não Alfabetizados. Em 2009, 18% se incluíam nesse grupo. Cerca de 35% dos seus alunos alcançaram os níveis desejáveis de desempenho em 2009, contra 9% em 2008. As escolas premiadas em 2008 possuíam 78% dos seus alunos no nível Desejável. Em 2009, essas escolas apresentaram 67% dos alunos no mesmo nível. A quantidade de alunos nos níveis Intermediário e Suficiente aumentou. O restante das escolas municipais, não contempladas no prêmio, obteve um aumento de alunos no nível Desejável, contudo, não conseguiram alcançar um resultado tão robusto quanto as escolas apoiadas.

Quanto à proficiência média dos alunos, é possível perceber o aumento da variação das notas entre as escolas apoiadas. Elas obtiveram uma taxa de crescimento em torno de 53%. Já as escolas premiadas obtiveram uma queda de 5% na proficiência. Isso é mostrado no Gráfico 3.3.

Como confirmado anteriormente, as escolas apoiadas atingiram altos níveis de desempenho. Todas as Regionais de Ensino (Credes) do estado do Ceará, cujas escolas participaram do Prêmio Escola Nota Dez como escolas apoiadas, alcançaram melhorias no seu desempenho. A visualização do Gráfico 3.4 demonstra essa melhoria.

Gráfico 3.4: Proficiência média dos alunos de 2º ano do Ensino Fundamental das Escolas Apoiadas - 2008/2009

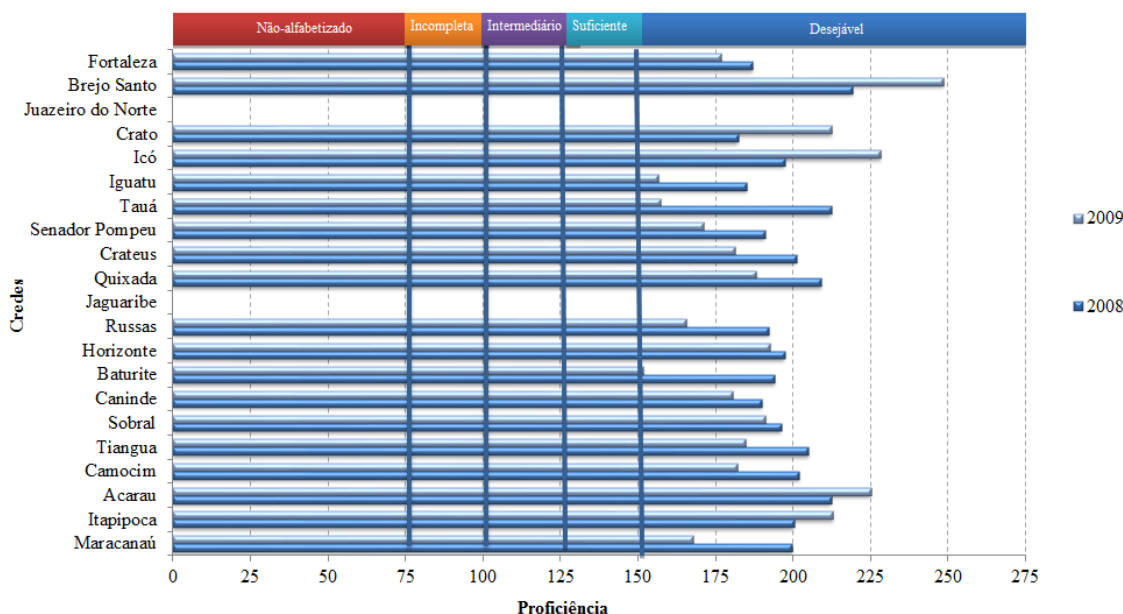


Fonte: SPAECE, 2008 e 2009. Tabulações IETS, 2010.

Todas as regionais de ensino, através das escolas apoiadas, obtiveram resultados acima do nível Intermediário, correspondendo a mais de 100% na proficiência do SPAECE-Alfa, exceto o município de Baturité, praticamente todas alcançaram o nível Suficiente (equivalente a mais de 125%). Um total de sete regionais de ensino alcançou níveis altamente desejáveis.

Embora tenham diminuído os seus resultados, as escolas premiadas permaneceram com níveis aceitáveis no SPAECE-Alfa de 2009. É importante apontar que as escolas premiadas da regional de ensino de Baturité não conseguiram alcançar o nível desejável em 2009. As Credes de Brejo Santo, Crato, Icó, Acaraú e Itapipoca, através das suas escolas premiadas, obtiveram crescimento nos seus rendimentos. Essas informações podem ser vistas através do gráfico 3.5.

Gráfico 3.5: Proficiência média dos alunos de 2º ano do Ensino Fundamental das Escolas Premiadas - 2008/2009



Fonte: SPAECE, 2008 e 2009. Tabulações IETS, 2010.

O IDE-Alfa é um indicador gerado através dos resultados das proficiências dos alunos nas aptidões de leitura e escrita e leva em consideração a presença dos mesmos na avaliação do SPAECE-Alfa. Por meio do gráfico 3.6, com base nos resultados do IDE-Alfa, pode-se constatar a evolução altamente positiva das escolas apoiadas em relação as escolas restantes.

O gráfico acima comprova o progresso operado nas escolas apoiadas. A nota no IDE-Alfa dessas escolas aumentou nos quatro níveis de alfabetização, entre os anos de 2008 e 2009. É possível também perceber que essa variação não foi tão acentuada, tanto no total de escolas do estado quanto nas escolas que não participaram do Prêmio Escola Nota Dez.

O avanço operado nas escolas apoiadas resultou em transições nos níveis de alfabetização. Em 2008, do universo de escolas classificadas no padrão de Não Alfabetizada, cerca de 33% passaram para o nível Intermediário, 20% para o nível Suficiente e 33% para o nível Desejável e apenas 3,7% das escolas continuaram no nível de Não Alfabetizada. Verifica-se o mesmo padrão de resultado no nível Alfabetização Incompleta.

Contudo, é possível perceber que a variação no nível Intermediário foi menor, sendo 50% das escolas que em 2008 estavam no nível Intermediário permaneceram no mesmo nível em 2009. 66% das escolas em nível Suficiente alcançaram o grau Desejável e 33% das escolas em nível Suficiente reduziram seus resultados, estando agora no nível Intermediário.

O mesmo tipo de análise foi feito com as escolas premiadas apontada no Gráfico 3.8. Todas as escolas participantes do Prêmio como premiadas estavam no nível Desejável. Dessas, 76% permaneceram no mesmo nível anterior, 16% caíram para o nível Suficiente e 7% para o nível Intermediário.

Focando a redução das disparidades dos rendimentos em alfabetização entre as escolas públicas do Ceará, o Prêmio Escola Nota Dez foi propulsor de uma melhoria significativa no desenvolvimento escolar. O acompanhamento desse investimento foi implementado pela ferramenta de avaliação do SPAECE-Alfa, segmento do SPAECE que opera a níveis de alfabetização.

No âmbito no Prêmio Escola Nota Dez, a avaliação do SPAECE-Alfa foi eficaz uma vez que foi possível perceber as peculiaridades implementadas através do funcionamento do projeto. O empenho das escolas, principalmente as escolas apoiadas, foi percebido em todos os instrumentais gráficos. É possível concluir que as ações executadas pelas escolas viabilizaram a elevação do padrão de educação.

O grande desafio do projeto, de forma direta, era promover impactos positivos nas notas do IDE-Alfa e, de forma indireta, no desenvolvimento escolar dos alunos nos anos futuros. Pretende-se que o processo de alfabetização cause efeitos substanciais nas outras avaliações do SPAECE, auferidas no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e nos três anos do Ensino Médio. O programa almeja o progresso da formação do aluno, permitindo o desenvolvimento do seu intelecto nas fases iniciais da aprendizagem.

No âmbito do Prêmio Escola Nota Dez, a avaliação do SPAECE-Alfa mostrou ser um meio eficaz de acompanhar o desempenho das escolas.

4. Análise de resultados dos Planos de Desenvolvimento da Escola [PDE-Escola]

Para destrinchar o emaranhado de políticas públicas que estruturam a área de Educação no Brasil, é preciso primeiro compreendê-la pelo prisma constitucional, que a inclui dentre os direitos sociais dos brasileiros.³ Por se tratar de um valor democrático precípuo, a competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional é privativa da União.⁴ Atualmente, a lei que cumpre esse papel é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB] de 1996, que compila os artigos constitucionais sobre o tema, além de esclarecer, especificar e expor toda a estrutura federativa, burocrática, financeira e pedagógica da área.⁵ O estabelecimento, em lei, de um plano nacional de educação é previsto em seus artigos 9º, I, e 87, §1º e constitucionalmente contemplado no artigo 214, que, juntamente, detalham a elaboração desse plano pela União (seguida de aprovação pelo Congresso Nacional), sua função articuladora e sua duração decenal. Neste cenário jurídico, surge, em 2001, o segundo Plano Nacional de Educação [PNE] do Brasil. O primeiro, publicado em 1962 com base na LDB de 1961, foi pioneiro na introdução de normas descentralizadoras e de elaboração de planos estaduais na legislação educacional.⁶ Dos princípios e objetivos do atual PNE destacam-se a universalização do acesso à educação, a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis e a democratização da gestão do ensino público. No que tange especialmente o Ensino Fundamental⁷, no nível do Ensino Básico, enfatiza-se o ensino

3 Constituição Federal de 1988, artigo 6º.

4 Idem, artigo 22.

5 LDB, Lei nº 9.394/1996, artigo 9º, I, "a União incumbir-se-á de elaborar o Plano Nacional de Educação" e o artigo 87, §1º, "com diretrizes e metas para os dez anos seguintes"; Constituição Federal de 1988, artigo 214, "com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas".

6 Plano Nacional de Educação, Introdução, Histórico,
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>.

7 LDB, Lei nº 9.394/1996, artigo 32 e Constituição Federal de 1988, artigo 208, I e VI.

integral, o investimento em infra-estrutura física, o aprimoramento pedagógico e a formação e qualificação de profissionais.

Lançado pelo Ministério da Educação [MEC] em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação [PDE ou Plano], conforme é apresentado pelo atual Ministro de Educação na cartilha de razões, princípios e programas do PDE, não pretende substituir nem meramente traduzir, de forma instrumental, o PNE. O PDE é um plano executivo e um conjunto de aproximadamente 40⁸ ações que visa colaborar para o cumprimento ou realizar diretamente várias das metas e objetivos do PNE.

Com a mesma pauta de objetivos gerais, o PDE se relaciona diretamente com o PNE, utilizando seu diagnóstico da situação educacional brasileira (separadas no PNE por nível de educação e modalidade de ensino) como diretriz e ponto de partida. Há, também, um foco especial do PDE na questão da qualidade de ensino.⁹ Além disso, o PDE é fundamentado em uma concepção substantiva e sistêmica da Educação, que derruba as chamadas "falsas oposições" entre educação básica e educação superior, entre ensino infantil, fundamental e médio, entre educação regular e educação especial, entre outras.¹⁰ Nessa lógica orgânica, interessa especialmente a crítica feita à atenção quase exclusiva dada ao ensino fundamental, em detrimento dos ensinos infantil e médio, de políticas anteriores. Percebendo que ambos os ensinos infantil e médio são os sustentáculos do próprio ensino fundamental, que, sem eles, não aumenta sua qualidade, nem seu impacto, o PDE identifica expressamente a mútua dependência entre os diferentes níveis e modalidades educacionais e vai priorizar ações articuladas, holísticas e que enfatizem a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

As medidas, reformas e programas de variadas naturezas, objetivos e incidência que inextricavelmente compõem o PDE, são, em termos simplificados, formas de apoio técnico e financeiro disponibilizadas pelo MEC aos Estados, DF e municípios. Portanto, para organizar e controlar essa rede de ações, a União condicionou o engajamento no PDE (e recebimento de apoio) pelos entes federativos à adesão dos mesmos ao Plano de Meta Compromisso Todos Pela

8 Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas, do Ministério da Educação, página 15

< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>, "*Há que se considerar que o PDE compreende mais de 40 programas e não se pretende aqui elencar o conjunto de medidas propostas [...]*".

9 Idem, página 7.

10 Idem, páginas 8 a 12.

Educação [Compromisso], previsto no Decreto nº6.094 de 2007. O Compromisso se baseia, em termos constitucionais, na competência comum entre União, Estados, DF e municípios de proporcionar meios de acesso à educação¹¹ e no regime de colaboração entre eles.¹² Em termos práticos, a vinculação dos entes da Federação é feita através da assinatura de um termo de adesão voluntária, que implica a assunção da responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da educação básica em sua esfera de competência.¹³ Cada município e ente federativo que aderir ao Compromisso¹⁴ receberá assistência técnica do MEC para elaborar um diagnóstico da educação básica no sistema local e, posteriormente, elaborar um conjunto articulado de ações que visa cumprir as metas e seguir as diretrizes estabelecidas, conhecido como Plano de Ações Articuladas [PAR]. O PAR, portanto, norteará os programas que forem técnica ou financeiramente apoiados pelo MEC nos diversos âmbitos federais.¹⁵

Em termos de assistência técnica, o Compromisso (e o PDE) se baseia no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica [IDEB], que está oficialmente previsto no referido Decreto, em seu artigo 3º, onde diz: "a qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimentos Escolar (Prova Brasil)."¹⁶

A criação deste indicador acarreta a reformulação do SAEB, mudando sua antiga forma (exame e questionário, em amostragem estadual, feitos a cada dois anos), e passa a enfatizar a Prova Brasil, que afere o desempenho escolar por rede e por aluno, e o Programa Educacenso, um banco de

11 Constituição Federal de 1988, artigo 23, V.

12 Idem, artigo 211 e parágrafos, dos quais vale destacar a divisão de responsabilidade entre municípios Estados, o primeiro atendendo ao ensino infantil e fundamental, e o segundo, ensino fundamental e médio.

13 Decreto nº6.094 de 2007, Presidência da República, artigo 5º,
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Atos2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>.

14 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Programas, Plano de Ações Articuladas, Apresentação,
<<http://www.fnede.gov.br/index.php/par-apresentacao>>, "*Todos os 5.563 municípios, os 26 estados e o Distrito Federal aderiram ao Compromisso*".

15 Idem.

16 Decreto nº6.094 de 2007, Presidência da República, artigo 3º.

dados online do censo escolar de abrangência nacional e por aluno.¹⁷ A conjugação dessas informações, portanto, compõem o IDEB, que classifica de 0 a 10 a qualidade de ensino das escolas, das redes, dos entes e do País.¹⁸ Por meio deste índice, certos diagnósticos se tornam possíveis, como a dispersão de qualidade entre escolas e redes, além de gerar comparações que ilustram detalhadamente a situação educacional brasileira. Assim, é fácil mapear as escolas e redes mais frágeis e usar esse índice para a construção de planos, metas e objetivos mais específicos e, sobretudo, prioritários. A assistência técnica que é dada diretamente ao ente apoiado configura-se, principalmente, na disponibilização de bancos de dados e sistemas online e de envio de grupos de técnicos e especialistas para diagnosticar, monitorar ou aprimorar algum aspecto da educação local. É o caso do apoio técnico enviado ao ente recém adepto ao Compromisso para a formulação de seu diagnóstico e elaboração de seu PAR.

Por sua vez, a assistência financeira ao qual se refere o Compromisso é feita, principalmente, de duas formas. Primeiramente, a assistência financeira poderá vir do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica [FUNDEB]¹⁹, composto por recursos federais e por repasses fiscais de impostos como o ICMS e o IPVA, e cujo objetivo máximo é assegurar o valor mínimo nacional estipulado por aluno/ano a cada Estado.²⁰

A segunda forma de assistência financeira é por meio do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação [FNDE], uma autarquia do MEC cuja missão é prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação. Abrangente, o FNDE engloba diferentes tipos de financiamento, dentre os quais, no âmbito da educação básica, estão o Salário-Educação e o próprio FUNDEB. O FNDE também sustenta diversos programas educacionais, como o Transporte Escolar, o Proinfância, o PAR e o Dinheiro Direto na Escola [PDDE]. Os últimos dois, PAR e PDDE, serão aprofundados a seguir.

17 Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas, do Ministério da Educação, páginas 19 e 20.

18 Idem, páginas 21 e 22.

19 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Financiamento, FUNDEB, Apresentação, <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>>, "*criado pela Emenda Constitucional nº53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006*".

20 Idem. Esse valor mínimo foi estipulado em R\$1.414,85 em 2010.

Como já fora explicado, a elaboração de um Plano de Ações Articuladas [PAR] para cada ente que aderir ao Compromisso é requisito para o recebimento dos apoios técnico e financeiro do MEC. Em si, o PAR consiste em um "planejamento multidimensional da política de educação que os municípios, os estados e o DF devem fazer para um período de quatro anos [...] e é coordenado pela secretaria municipal/estadual de educação, mas deve ser elaborado com a participação de gestores, de professores e da comunidade local"²¹. Além disso, no Decreto nº6.094/2007, o artigo 10 se refere ao PAR "como base para termo de convênio ou cooperação, firmado entre o Ministério da Educação e o ente apoiado". Na prática, uma vez firmada a adesão ao Compromisso e elaborado o PAR, este passa por uma análise técnica feita pela Secretaria da Educação Básica do MEC e pelo FNDE. Se for aprovado, o PAR passa a pautar o termo de convênio ou cooperação firmado entre ente e MEC, no qual estão previstos os programas aceitos pelo MEC para receberem diretamente assistência técnica e financeira. Além da aprovação do PAR, são requisitos do referido termo a formalização do termo de adesão ao Compromisso e a implementação da Prova Brasil (essencial para o cálculo do IDEB).²²

Por fim, os programas que, sob as asas do PDE, visam efetivamente realizar as metas estabelecidas no PAR de cada ente apoiado. Em geral, essas metas giram em torno de quatro eixos: gestão educacional, formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, recursos pedagógicos e infra-estrutura física.²³

Um desses programas, outrora citado, é o Programa Dinheiro Direto na Escola [PDDE], criado em 1995 e reformulado em 2009 para financiar escolas municipais, estaduais ou do DF no âmbito da educação básica. Diversas ações encontram-se englobadas no PDDE, exclusivamente no que tange ao repasse de recursos do FNDE. Atualmente, é a Resolução nº3 de abril de 2010 do Conselho Deliberativo do FNDE que dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao PDDE e além de dar outras providências. Nas considerações iniciais da resolução, fica reconhecida "a importância da ação Plano de Desenvolvimento da Escola [PDE-Escola] como parte do conjunto de estratégias previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação [PDE] e o propósito de concorrer para a melhoria do

21 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Programas, Plano de Ações Articuladas, Apresentação.

22 Decreto nº6.094 de 2007, Presidência da República, artigo 10 e §1º.

23 Idem, artigo 8º, §3º.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica [IDEB] em escolas de educação básica nas regiões brasileiras"²⁴. No entanto, é no artigo 8º da mesma resolução que se encontra, propriamente explicada, a relação entre a ação PDE-Escola e o programa PDDE. Segundo a redação do artigo, recursos financeiros do PDDE serão destinados às escolas públicas de educação básica que cumprirem os seguintes três critérios: primeiro, a prefeitura municipal ou secretaria estadual (chamados genericamente de Entidade Executora [EEx])²⁵ ao qual a escola for vinculada ter aderido ao Compromisso; segundo, as escolas em questão terem planejado a implementação de seus planos de desenvolvimento (PDE-Escola) no SIMEC; e, terceiro, as escolas em questão não terem obtido o IDEB satisfatório segundo o MEC²⁶.

4.1 Funcionamento do PDE-Escola

Em si, o PDE-Escola é um planejamento estratégico feito por escola, numa colaboração entre professores e comunidade, com assessoramento da Secretaria de Educação municipal ou estadual e com base no PAR da rede ao qual pertence. A idéia é que as escolas, através de uma auto-avaliação, façam diagnósticos e criem planos que os ajudarão a melhorar a gestão escolar e a qualidade do ensino oferecido. São muito enfatizados os aspectos da gestão, da participação das famílias e da comunidade, das práticas pedagógicas e da infra-estrutura física das escolas.

Do PDE-Escola, a escola selecionará ações a serem financiadas pelo FNDE/MEC; o conjunto dessas metas e ações constituirá o Plano de Ações Financiáveis [PAF].²⁷ Conforme dito, a Secretaria de Educação municipal ou estadual (ou EEx equivalente) cumpre o papel de assessorar, promover e avaliar os objetivos e as exigências do PDE-Escola e do PDE em geral. É esperado que o EEx crie, portanto, um Comitê Estratégico no seio de sua Secretaria educacional

24 Resolução nº3 de 1º de abril de 2010, publicada pelo Conselho Deliberativo do FNDE;

25 Idem, artigo 3º, I: "*Entidade Executora (EEx) – prefeituras municipais e secretarias distrital e estaduais de educação, responsáveis pela formalização do processo de adesão das escolas de suas redes de ensino e pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos destinados àquelas que não possuem UEx*"; artigo 3º, II: "*Unidade Executora Própria (UEX) – entidade privada sem fins lucrativos, representativa das escolas públicas, integrada por membros da comunidade escolar comumente denominada de caixa escolar; associação de pais e mestres, conselho escolar; círculo de pais e mestres etc., constituída para receber, executar e prestar contas dos recursos destinados às referidas escolas*".

26 Idem, artigo 8º.

27 Plano de Ações Financiáveis do PDE-Escola, Portal do MEC, <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/paf_pde_esc.pdf>.

para cumprir essa função (geralmente mediante a edição de uma Portaria). Este Comitê Estratégico, ou, na sua ausência, o EEx, é responsável pela apreciação e aprovação do PAF das escolas, que, por sua vez, também deve ser feito segundo os objetivos e as exigências do PDE-Escola, do PAR e do PDE. É, portanto, responsabilidade da escola (ou UEx, vide nota 25) enviar o PAF para o EEx e executar os recursos conseqüentemente repassados para a realização das metas do PDE-Escola.²⁸

Já às Entidades Executoras, cabe encaminhar ao FNDE seu termo de adesão ao Compromisso e inserir os dados do PAF no banco de dados do PDDE/FNDE, para que as escolas recebam os recursos.²⁹ Sem entrar em muitos detalhes, o repasse de recursos do PAF/PDE-Escola é feito anualmente, com base, primeiramente, no número de alunos matriculados no ensino básico segundo o censo escolar do ano anterior; e, secundamente, pelo desempenho do IDEB.³⁰

Em suma, o processo de elaboração do PDE-Escola se inicia com a identificação dos maiores problemas existentes, através de uma auto-avaliação interna (feita pelos diretores, professores e alunos) e externa (com ajuda da comunidade e EEx). Feito isso, o objetivo é definir ações ligadas às prioridades de investimento técnico e financeiro dentre as seguintes categorias:

1. Elevar o desempenho acadêmico dos alunos;
2. Otimizar as práticas pedagógicas;
3. Reduzir os índices de abandono e reprovação;
4. Dinamizar a gestão escolar;
5. Melhorar a estrutura física e material da escola;
6. Capacitar os professores;
7. Fortalecer a participação dos pais e da comunidade na escola;
8. Garantir a inclusão educacional;
9. Criar/Gerir atividades pedagógicas complementares.

28 Resolução nº3 de 1º de abril de 2010, artigo 16, V.

29 Idem, artigo 16, IV

30 Idem, artigo 9º, incisos, tabelas e parágrafos.

O PDE-Escola, portanto, traça um plano de ações, que, mediante recebimento da verba do MEC, é executado com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino e da escola em geral.

4.3 Análise da Abrangência do PDE-Escola no Ceará

Utilizando a base de dados do SPAECE para 2008 e 2009, no que diz respeito às escolas de ensino fundamental (representadas pelos alunos do 5º ano), o objetivo da análise foi verificar se as escolas que implementaram o PDE-Escola, e, portanto, recebido recursos do MEC para a execução dos seus planos de ação, apresentaram melhorias na qualidade do ensino. No Ceará, as escolas de ensino fundamental que possuem o PDE-Escola (fazendo parte, portanto, do Programa de Dinheiro Direto na Escola, PDDE) são exclusivamente da rede estadual. Portanto, a fim de extrair indicadores da qualidade do ensino, foi feita uma comparação do desempenho dos alunos dessas escolas com as demais escolas das redes municipais e estaduais que não recebem as verbas que o PDE-Escola proporciona. A partir desta comparação, foi possível avaliar, em termos gerais, a influência desses recursos na evolução dos alunos e da escola. A Tabela 4.1, que foi elaborada a partir da base de dados do SPAECE, distribui as escolas por ano, rede, e posse do PDE-Escola, sucessivamente, segundo CREDE.



Estes dados confirmam que somente algumas escolas da rede estadual possuem o PDE-Escola, e, no Ceará, estas estão concentradas na regional de ensino (CREDE) Fortaleza. Em 2008, a base de dados do SPAECE arrolava 100 escolas estaduais, das quais 64 possuíam o PDE-Escola, e dessas, 62 se localizavam no CREDE Fortaleza. Em 2009, as escolas estaduais arroladas são 75, das quais 45 possuíam PDE-Escola, e dessas, 43 eram no CREDE Fortaleza. Com a exceção de duas escolas, em cada ano avaliado, que se localizam no interior do estado, todas as escolas que recebem os recursos do PDE-Escola são em Fortaleza. Sendo assim, as escolas beneficiadas pelo PDE-Escola compreendem somente 1,12%, em 2008, e 0,89%, em 2009, do total das escolas de ensino fundamental do Ceará. Pode-se inferir, portanto, que o PDE-Escola não tem abrangência

estadual em termos espaciais, indicando que os recursos federais estão se concentrados na capital e não estão sendo utilizados pelas escolas localizadas no interior do estado.

Outra observação possível a partir desta tabela é a redução no número de escolas presentes no banco de dados tanto nas escolas estaduais, quanto nas escolas municipais, variando, em ambas as redes, as CREDEs nas quais o número de escolas diminuiu, e nas quais este número aumentou. Na rede estadual, 10 regionais de ensino apresentam o mesmo número de escolas, enquanto 8 apresentam uma redução e 3, um aumento. O número de escolas nessas variações de 2008 para 2009 é razoavelmente baixo, mas vale destacar a CREDE Acaraú, que, em um ano, apresenta um aumento de 5 escolas estaduais na base de dados do SPAECE. Na rede municipal, a redução desse número de escolas é geral, com a exceção da CREDE Senador Pompeu, que apresenta um aumento de 1 escola. Nas demais escolas, essa redução varia entre 1 e 80 escolas de um ano para o outro. Pode-se inferir que a causa disto sejam fusões escolares ou reorganização da rede de ensino, mas sugere-se que isto seja verificado mais a fundo.

A Tabela 4.2 apresenta a mesma distribuição da tabela anterior, mas em relação ao número de alunos que constam na base de dados do SPAECE.



No que tange a abrangência do PDE-Escola, esta tabela reproduz a anterior, ilustrando uma forte concentração no CREDE Fortaleza. Como somente duas escolas em outras CREDEs possuíam o PDE-Escola (em cada ano) a abrangência deste é grande na rede estadual, atingindo 78% dos alunos em 2008 e 76% dos alunos em 2009. No entanto, considerando o universo de alunos do ensino fundamental no Ceará, que estão, em maioria, na rede municipal, a abrangência do PDE-Escola é bem menor, e atingiu somente 2,6% dos alunos em 2008 e 1,8% em 2009. Percebe-se que há, por menor que seja, uma diminuição na abrangência do PDE-Escola de 2008 para 2009.

A redução geral no número das escolas, demonstrado pela Tabela 4.1, não encontra, necessariamente, correlação com a redução geral no número de alunos, já que, em diversas CREDEs há, simultaneamente, uma diminuição no número de escolas e aumento no número de alunos, enquanto em outras, há uma diminuição no número de ambos.

4.4 Análise da influência do PDE-Escola na proficiência média dos alunos

Utilizando os critérios e a escala (que vai de 0 a 500) do SPAECE para mensurar a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, foi possível elaborar os Gráficos 4.3 e 4.4 para demonstrar os resultados de todas as escolas em 2008 e 2009 e compará-los ao resultado das escolas que possuem o PDE-Escola, nos mesmos anos.

Em ambos os gráficos, deve ser levado em consideração a ínfima influência do PDE-Escola nos indicadores gerais do ensino fundamental (ambas as redes), representando apenas 1,12%, em 2008, e 0,89%, em 2009, do total no Ceará.



No Gráfico 4.3, observa-se que de 2008 para 2009, o nível de proficiência em língua portuguesa, no 5º ano do ensino fundamental, aumentou 1,9, numa escala de 0 a 500. Nas escolas que receberam os recursos atrelados ao PDE-Escola, a evolução foi de escala similar, acarretando dois desdobramentos. Primeiro, deve resgatar-se que a influência da evolução das escolas com PDE-Escola (aumento de 1,7) sobre os resultados totais é insignificante. Em segundo lugar, aponta para o fato de que a média, composta majoritariamente por escolas que não recebem os recursos financeiros, teve praticamente a mesma evolução daquelas escolas que o PDE-Escola beneficiou.

Possíveis explicações poderiam ser a quantia ou a falha do repasse de recursos, o raro ou mal uso dos recursos nas escolas que o recebem, ou o caráter a longo prazo das mudanças ensejadas com os recursos. Com base nos dados usados, não foi possível aferir a continuidade ou estabilidade do repasse de recursos. Contudo, a Tabela 4.1 mostra que, de 2008 para 2009, 19 escolas beneficiadas pelo PDE-Escola no CREDE Fortaleza deixaram de constar na base de dados do SPAECE. A escola beneficiada de Itapipoca também deixou de constar como beneficiada e outra, em Cratús, passa a ser beneficiada em 2009.



O gráfico acima mostra, em primeiro lugar, uma evolução maior do que aquela identificada em língua portuguesa. Na matemática, o total de escolas evoluiu uma média de 4,5, enquanto as escolas beneficiadas pelo PDE-Escola evoluíram 5,9. Novamente, a melhora foi similar entre elas e pequena dada a escala. No entanto, ao contrário dos resultados em língua portuguesa, neste gráfico, há uma maior evolução das escolas que tem PDE-Escola, em comparação com a média total.

Em termos reais, é a pequena a evolução da proficiência tanto em língua portuguesa quanto em matemática. Além disso, a média do total de escolas, em ambos os anos e categorias, foram extremamente baixas, atingindo, no melhor cenário, somente 185 de 500 na escala do SPAECE.



Os Gráficos 4.5 e 4.6 ilustram a dinâmica dos níveis de proficiência em língua portuguesa, segundo os critérios definidos pelo SPAECE de Muito Crítico, Crítico, Intermediário e Adequado, discriminados por rede e por acesso ao PDE-Escola. Sendo o primeiro demonstrativo de 2008 e o segundo, de 2009, estes gráficos permitem uma análise mais detalhada sobre a evolução da proficiência nesta categoria.

Primeiramente, nota-se que, em ambos os gráficos, a distribuição das porcentagens é similar entre as escolas estaduais e as beneficiadas pelo PDE-Escola. Isso é explicável através dos dados nas Tabelas 4.1 e 4.2, que, em suma, mostram que em torno de 60% das escolas estaduais recebem os

recursos do PDE-Escola. Chega-se a esse indicador considerando que em 2008, 64 escolas se beneficiavam do PDE-Escola de um universo de 100 escolas estaduais e, em 2009, o mesmo vale para 45 escolas receptoras de um universo de 75.

Em segundo lugar, as escolas estaduais apresentam uma maior porcentagem de alunos adequados do que a média das escolas municipais, que são a esmagadora maioria das escolas fundamentais no Ceará. Em 2009, a diferença chega a ser de 7% entre as redes, sendo a porcentagem das escolas estaduais, 14%, o dobro das municipais, 7%. Este padrão se reproduz em todos os níveis, as escolas estaduais apresentam índices melhores do que as municipais, que tem uma maior porcentagem de alunos classificados como muito críticos e críticos.

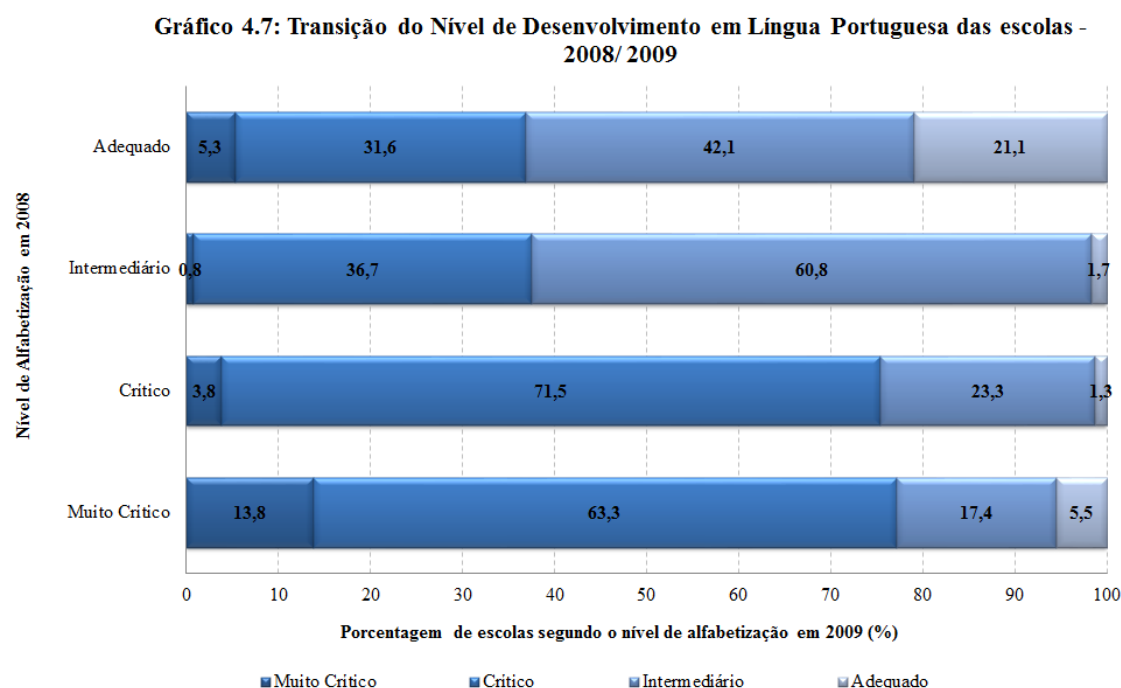
Os gráficos também demonstram pouca diferença destas porcentagens de um ano para o outro. Com nenhuma evolução superior a 3%, pode-se inferir que o quadro de proficiência ficou estável nos anos referidos. Um dado interessante é que as escolas beneficiadas pelo PDE-Escola não apresentam, apesar do recurso recebido, taxas de evolução melhores do que as escolas municipais.

Por fim, pode-se observar que as escolas municipais também apresentam uma porcentagem de alunos com níveis baixos de proficiência, somando-se os muito críticos e os críticos, do que as escolas estaduais, tendo as municipais, em 2008, 68% dos seus alunos nesta situação, e as estaduais, 48%. Em 2009, percebe-se uma melhora nesses índices, baixando, respectivamente para 59% e 46%. Dentre as estaduais, essa queda também é observável nas escolas beneficiadas pelo PDE-Escola, apesar de que essa evolução só ocorre nos alunos críticos, mantendo-se a porcentagem de muito críticos. Por sua vez, as escolas municipais, sem o recurso do PDE-Escola, diminuíram em 1% os alunos muito críticos.

4.5 Análise da influência do PDE-Escola na transição do nível de desenvolvimento das escolas

A dinâmica dos gráficos a seguir é compreendida a partir do eixo vertical, representando o nível de desenvolvimento em que as escolas do ensino fundamental foram classificadas em 2008 na categoria de língua portuguesa. Partindo daí, o eixo horizontal representa a porcentagem destas mesmas escolas segundo o nível de desenvolvimento em que foram classificadas em 2009.

Unindo esses eixos, as cores das barras demonstram a dinâmica da transição desses níveis. Assim, no gráfico 4.7, por exemplo, 21,1% das escolas classificadas como adequadas em 2008, mantiveram esse nível em 2009. 42,1% caíram para o nível intermediário, e, 5,3% passaram ao nível muito crítico.



Fonte: SPAECE, 2008 e 2009. Tabulações IETS, 2010.

Seguindo esta lógica, o Gráfico 4.7 ilustra a dinâmica de melhoria e piora dos níveis de desenvolvimento no universo das escolas de ensino fundamental cearenses. A partir dele, infere-se que houve uma melhoria substancial dentre as escolas classificadas como muito críticas em 2008, já que 13,8% se mantiveram muito críticas, enquanto mais de 70% evoluíram para crítico e intermediário e 5,5% chegaram ao nível adequado. Também se conclui que os níveis crítico e intermediário são mais estáticos, uma vez que 71,5% das escolas classificadas como críticas em 2008 continuaram nessa situação em 2009, e o mesmo ocorreu com 60,8% das que foram consideradas intermediárias. Portanto, a minoria das escolas ditas críticas e intermediárias em 2008 foram reclassificadas em 2009, e, dentre elas, a maioria apresentou um grau limitado de melhora ou piora. Das escolas intermediárias, 36,7% foram rebaixadas ao nível crítico e, das críticas, 23,3% evoluíram para intermediárias.

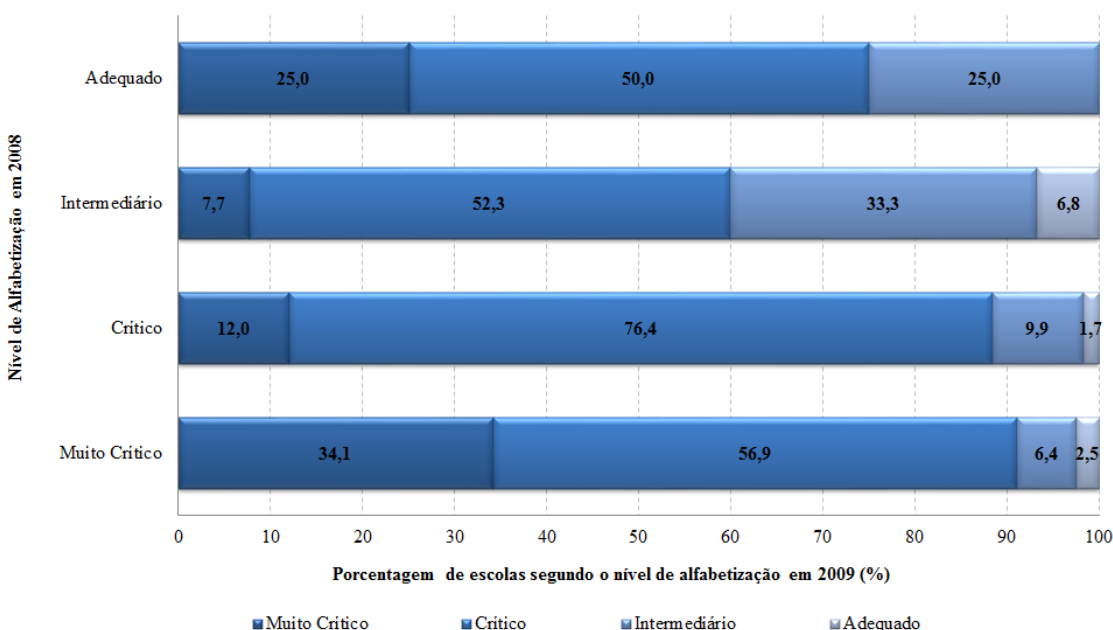
Compondo quase a totalidade das escolas, as classificadas nos níveis abaixo do adequado, não demonstraram capacidade de chegar a essa classificação no espaço de um ano. Nesse sentido, vale ressaltar que é peculiar a inversão de aproximadamente 5% que ocorre entre as escolas ditas adequadas em 2008 que se tornaram muito críticas em 2009 e vice-versa.



O Gráfico 4.8 mostra a mesma dinâmica do anterior, só que restringe seus dados às escolas estaduais beneficiadas pelo PDE-Escola na categoria língua portuguesa. Nota-se de início que nenhuma escola beneficiada foi classificada, nem em 2008, nem em 2009, como adequada ou como muito crítica. Das escolas intermediárias em 2008, portanto, nenhuma apresentou melhora, a maioria (68,2%) se manteve nessa classificação e 31,8%, apesar da injeção de recursos do PDE-Escola, caiu para o nível crítico. Das escolas críticas em 2008 que receberam as verbas do PDE-Escola, 63,2% não apresentou nem melhora, nem piora e 38,2% foram reclassificadas como intermediárias.

Os Gráficos 4.9 e 4.10 reproduzem a mesma lógica dos dois anteriores, mas ilustram os dados do SPAECE sobre a categoria matemática no 5º ano das escolas de ensino fundamental do Ceará.

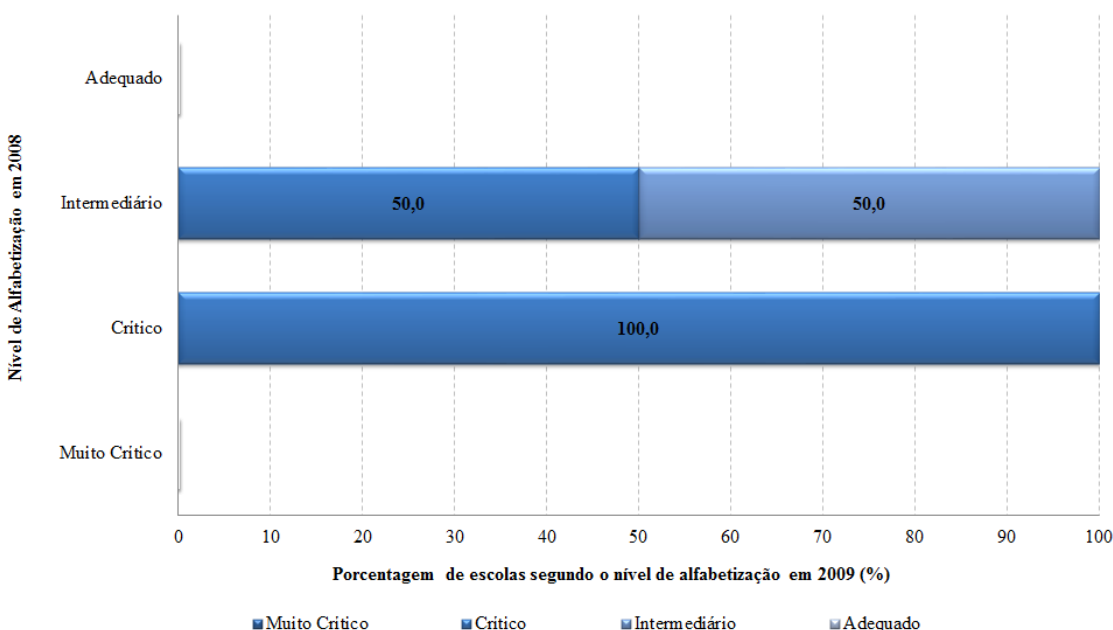
Gráfico 4.9: Transição do Nível de Desenvolvimento em Matemática das escolas - 2008/2009



Fonte: SPAECE, 2008 e 2009. Tabulações IETS, 2010.

A dinâmica nessa categoria se revelou mais crítica do que a de língua portuguesa, apresentando dados de maiores percentuais de pioras entre 2008 e 2009. Em primeiro lugar, nenhuma das escolas classificadas como adequada em 2008 se manteve nesse nível em 2009, sendo metade delas reclassificadas como críticas e 25% como muito críticas. Em segundo lugar, destaca-se que, em 2009, a grande maioria das escolas foi reclassificada como críticas. A porcentagem de escolas que se mantiveram no nível muito crítico também foi alta, atingindo 34,1%. No entanto, um pequeno contingente de escolas (2,5%) foi reclassificado como adequadas.

Gráfico 4.10: Transição do Nível de Desenvolvimento em Matemática das escolas com PDE - 2008/2009



Fonte: SPAECE, 2008 e 2009. Tabulações IETS, 2010.

O gráfico destaca dos números totais as escolas que receberam o apoio federal viabilizado pelo do PDE-Escola e apresenta um quadro em que as escolas, no quesito nível de desenvolvimento em matemática, praticamente não houve transição. As escolas basicamente se mantiveram no mesmo nível de 2008 para 2009, com a exceção da piora percebida em metade das intermediárias, sendo estas reclassificadas como críticas.

Este gráfico é, talvez, o mais importante de todos. Ele retrata, em termos estritos, a transição do nível de desenvolvimento na categoria matemática das escolas estaduais de ensino fundamental que receberam apoio financeiro através do PDE-Escola nos anos de 2008 e 2009. Em termos amplos e simplificados, ele retrata a influência do PDE-Escola na educação fundamental das escolas beneficiadas no espaço de um ano. Dessa forma, os dados apontam para uma manutenção da qualidade do ensino, nos níveis crítico e intermediário, em ambas as categorias. Em menor grau, há uma piora nessa qualidade já que parte das intermediárias se tornaram críticas e nenhuma das críticas evoluiu. Generalizando, nas duas categorias não houve um progresso coerente, nem verdadeiramente visível. No gráfico 4.8, a evolução que ocorre com 36,8% das escolas que eram críticas em 2008 e passaram a intermediárias em 2009 é neutralizada pela piora identificada em 31,8% das escolas antes intermediárias e um ano depois críticas.

Os dados reunidos e processados para esta análise foram criados pelo SPAECE, que avalia, nas categorias matemática e língua portuguesa, o desempenho das escolas fundamentais do estado do Ceará. Esse desempenho é representativo dos alunos do 5º ano de escolas municipais e estaduais, de forma universal e censitária. No ensino fundamental, essa avaliação é feita com os alunos do 5º e 9º anos, de periodicidade bianual, já que se intercala com o SAEB. Os dados dos anos 2008 e 2009 vieram das bases do SPAECE e foram utilizados, uma vez identificadas as escolas avaliadas que haviam aderido ao PDDE através do PDE-Escola, para avaliar a abrangência desta adesão, e, dentre as escolas beneficiadas, avaliar a influência dos recursos recebidos do FNDE na qualidade do ensino nos anos referidos.

Quanto à abrangência, a base do SPAECE revelou três tendências que merecem atenção. Primeira tendência, poucas escolas fundamentais cearenses se beneficiam do PDE-Escola, representando menos de 3% do universo total no período analisado. Segundo, dessas beneficiadas, quase a totalidade está concentrada no CREDE Fortaleza, a capital. Por fim, há uma redução geral e ampla do número de escolas e alunos no espaço de um ano, o que parece significativo. Esta abrangência limitada contextualizou o restante da análise.

Quanto a esta influência exercida pelo intermédio do PDE-Escola, esses dados revelam que, no espaço de um ano, não é possível identificar uma consequência qualitativa nas escolas gerada pelos repasses financeiros do MEC, através do seu fundo, o FNDE, conforme fora outrora explicado.

A proficiência média dos alunos em língua portuguesa e matemática, no período 2008/2009 é, considerando o universo das escolas fundamentais do Ceará, baixo (atinge um máximo de 185 na escala de 0 a 500 do SPAECE, sendo seu mínimo 175,2, conforme os gráficos 4.3 e 4.4). As escolas beneficiadas pelo PDE-Escola apresentam melhoria, em nível similar à média do universo de escolas, mas ambos são novamente baixos (variando entre 1,7 e 5,9 na escala de 0 a 500, consideradas ambas as categorias, conforme os mesmos gráficos). Nos gráficos disponíveis sobre a dinâmica de evolução dos alunos em língua portuguesa entre 2008 e 2009 (Gráficos 4.5 e 4.6), fica visível que a maioria das escolas estaduais fundamentais do Ceará, concentradas na CREDE Fortaleza, aderiram ao PDE-Escola porque as porcentagens da discriminação por escola “estadual” e por escola “com PDE” são praticamente iguais. Outra observação é que a maioria dos alunos se situa nas classificações intermediário ou crítico. Aqui também transparece que a

influência do PDE-Escola na qualidade do aprendizado é restrita já que, proporcionalmente, a melhoria observada de um ano para o outro nas escolas com PDE é similar à das escolas municipais, que servem de referência por não receber esse recurso.

A avaliação em nível escolar, que as classifica com a mesma denominação, ajustados os critérios, de “muito crítico”, “crítico”, “intermediário” e “adequado”. Nesse caso, os dados não apontam para um movimento claro de melhora ou piora, apresentando ora dinâmicas pequenas, mas extremas (como a inversão de algumas escolas de muito críticas para adequadas e vice-versa, no Gráfico 4.7), ora um equalização geral das escolas em um mesmo nível (como as altas porcentagens de reclassificações para o nível crítico dos demais níveis no Gráfico 4.9).

Por fim, pode-se chegar a uma observação abstrata da relação entre a capital e o interior do Ceará, pelo menos no que tange essa ação do Plano de Desenvolvimento da Educação, que entrou em vigor em 2007. Nos três anos de existência, o PDE-Escola, plano estratégico das escolas que viabiliza o repasse de recursos do MEC, na figura de seu fundo, FNDE, chegou a abranger até 100 escolas, e um máximo de 4.700 alunos. Os resultados não demonstraram grande influência desses recursos nos indicadores da qualidade do ensino desenvolvidos pelo SPAECE.

5. Prêmio Aprender Pra Valer

O sistema educacional público de ensino médio do país vem sendo criticado há muitos anos, tanto por sua falta de recursos e pela sua operacionalização ineficiente, quanto pela fraca formação dos seus professores. Os resultados das diversas pesquisas revelam que o sistema do ensino médio é o elo mais fraco da educação básica pública em praticamente todos os estados da Federação. Esses resultados obrigam a direcionar ainda mais esforços para a educação dos jovens brasileiros. Assim, são desenhadas iniciativas e programas estaduais de cunho educacional com o objetivo de superar o quadro crítico do ensino médio.

O estado do Ceará tem trabalhado neste sentido implementando programas através da SEDUC. O Prêmio Aprender Pra Valer é uma dessas apostas em favor da inclusão social dos jovens e, assim, prover recompensas às escolas que oferecem ensino de qualidade.

O Prêmio Aprender Pra Valer visa à gratificação de alunos e professores da rede pública que obtiveram ou proporcionaram o alcance de extraordinários resultados no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE. Dessa forma, o projeto pretende impulsionar ainda mais a capacidade dos jovens e colaboradores pedagógicos.

O reconhecimento do mérito desses profissionais e estudantes é importante, pois cria incentivos de tal forma que esses agentes se esforcem ainda mais e almejem conquistas cada vez maiores. Essa medida educativa prevê o melhoramento futuro do ensino e, conseqüentemente, do aprendizado.

Esta seção é estruturada em duas partes. Na primeira parte, descrevem-se de forma breve as principais características do Prêmio. Na segunda parte, se realiza um análise tomando como base os resultados do SPAECE.

5.1 O funcionamento do Prêmio Aprender Pra Valer

Expresso nas Leis 14.483 e 14.484, de 8 de outubro de 2009, o programa tem como objetivo incentivar a permanência e o alcance dos níveis adequados de proficiência dos alunos, reconhecer o trabalho dos profissionais de educação e proporcionar visibilidade às escolas com experiências exitosas e passíveis de replicação em outras escolas da rede estadual.

Aos jovens do Ensino Médio da rede estadual de ensino, são concedidos, através da avaliação de proficiência em língua portuguesa e matemática, a premiação de microcomputadores. O projeto visa a participação dos alunos matriculados nos três anos do Ensino Médio, 1º, 2º e o 3º anos. A identificação dos jovens premiados é feita pela base de dados do SPAECE de 2008. Ao todo, 813 alunos foram beneficiados pela criação desse prêmio.

Para os profissionais do magistério, o prêmio consiste em uma bonificação pecuniária, a todos que proporcionaram evolução da aprendizagem dos alunos do Ensino Médio. As escolas que receberam o prêmio possibilitaram o alcance de metas anuais estabelecido pela SEDUC, através da ferramenta de avaliação do desempenho, o SPAECE. Os colaboradores que irão receber o prêmio serão os ocupantes dos cargos de diretor, coordenador, secretário escolar, os professores e

os servidores do Quadro da Secretaria de Educação. Tal premiação consistirá em valor pecuniário que terá por referência o valor mensal de remuneração de cada servidor.

5.1.1 Condicionais

Os alunos que obtiveram os melhores resultados do SPAECE de 2008 são identificados conforme a escala de proficiência desse sistema de avaliação que vai de 0 a 500 pontos. O nível de habilidades adequado para o ensino médio inicia-se a partir de 325 pontos em língua portuguesa e 350 pontos em matemática. Todos os estudantes matriculados no Ensino Médio que alcançaram um valor igual ou superior a esses níveis de proficiência foram granteados com o prêmio.

Foram recompensadas as escolas que atingirem a meta de evolução de 7% a 10% sobre sua média de proficiência no SPAECE de 2008, com base nos resultados do SPAECE de 2009. Isso significa que as escolas devem obter um número igual ou superior que 1.500 pontos na soma das médias de proficiência em língua portuguesa e matemática. Além disso, as escolas precisam ter obtido uma média de participação de 80% dos alunos nas avaliações do SPAECE de 2008.

A medida que se motiva mais um estudante, seu esforço e interesse pelos estudos aumentam e conseqüentemente, seus resultados. O Governo do Ceará busca desenvolver a educação básica e evoluir o aprendizado de seus estudantes, com intuito de incentivá-los a tentar uma vaga em instituições de ensino superior.

Produzir ensino de qualidade é de fato um desafio. Os professores que conseguem manter seus alunos interessados e com notas elevadas devem ser incentivados. Esse prêmio faz com que os professores exerçam seu papel de uma forma mais competente e motivada.

O Prêmio Aprender Pra Valer foi a forma encontrada pelo governo cearense para estimular a dedicação docente e discente no Ensino Médio. Pretende-se alcançar eficácia nas ações educativas e aprimorar a aprendizagem desses estudantes. Alunos e professores que se sentem valorizados são induzidos a serem bem sucedidos em suas tarefas.

5.2 Análise de resultados do Prêmio Aprender Pra Valer

As Tabelas 5.1-5.2 mostram que, entre 2008 e 2009 o Prêmio Aprender pra Valer teve uma evolução positiva no número de alunos matriculados nas escolas premiadas. Em 2008 dos 102 mil alunos matriculados na rede estadual de ensino médio do Estado do Ceará, praticamente 5,9 mil alunos foram contemplados pelo Prêmio; ao passo que em 2009 este número de alunos matriculados em escolas contempladas pelo Prêmio foi de 7,5 mil (Ver Tabela 5.2). O CRE de Sobral foi o que mostrou o maior número de alunos premiados, tanto em 2008 quanto em 2009. O total de escolas premiadas foi de 39 para ambos os anos.



Os Gráficos 5.1 e 5.2 mostram as diferenças de desempenho na prova de língua portuguesa das escolas premiadas em relação às outras escolas da rede. É possível observar que, tanto em 2008 quanto em 2009, no que diz respeito à porcentagem de alunos, nos critérios intermediário e adequado, as escolas premiadas se diferenciam do restante das escolas nas três séries do ensino médio.

Da análise dos gráficos é possível inferir também que, em geral, todas as escolas da rede têm experimentado uma melhora no desempenho na prova de língua portuguesa no período sob análise. As porcentagens dos critérios de muito crítico e crítico têm diminuído entre os dois períodos.

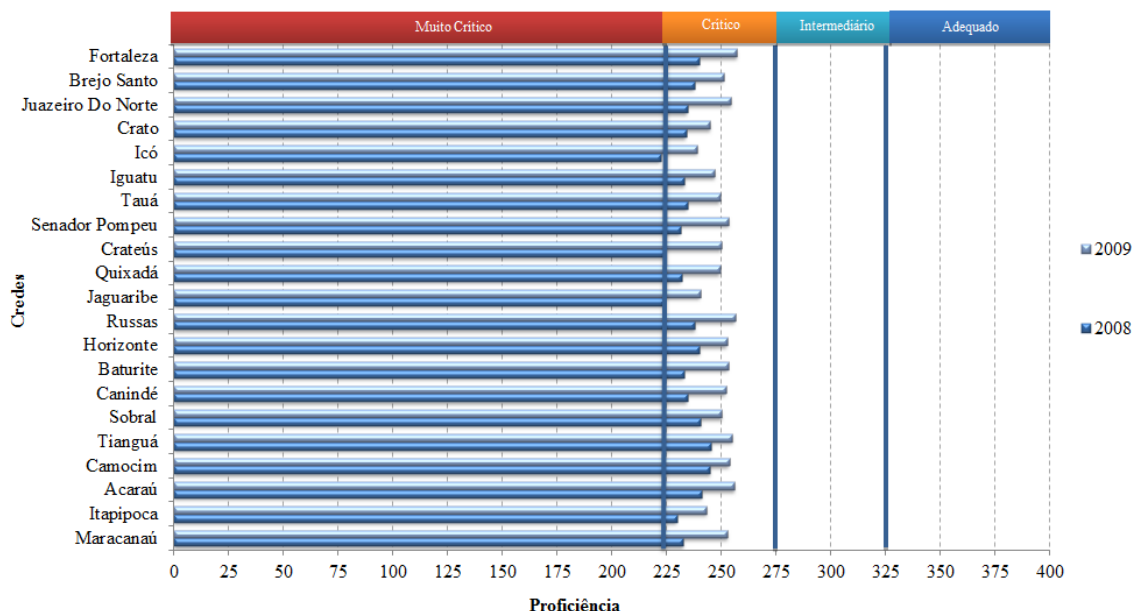
Os Gráficos 5.3-5.4 mostram o desempenho das escolas premiadas e não premiadas na prova de matemática para os anos de 2008 e 2009. Em primeiro lugar se verifica que quando a comparação é realizada com a prova de língua portuguesa, verifica-se que as porcentagens de muito crítico e crítico são mais altas. Em 2008, 67% dos alunos da primeira série se encontravam no critério muito crítico. Em 2009, verifica-se uma ligeira evolução favorável.

Em segundo lugar, as escolas premiadas mostraram um desempenho consistentemente melhor do que as escolas não premiadas no período sob análise. No entanto, importante ressaltar que existe uma evolução negativa nesta prova de matemática na primeira série do ensino médio das escolas premiadas. Com efeito, em 2008 a porcentagem de alunos no critério muito crítico era de 45%, ao passo que em 2009 esta porcentagem foi de 53%.

Os Gráficos anteriores mostraram, de forma clara, que o Aprender pra Valer tem obtido resultados importantes no desempenho dos alunos nas escolas contempladas em termos das provas de proficiência em língua portuguesa e matemática. Porém, o próximo passo da pesquisa foi indagar a influência do desempenho desses alunos no sistema educacional de ensino médio. Os Gráficos 5.5 e 5.6 expressam os resultados das provas de língua portuguesa e matemática na terceira série por Credes no período 2008/2009.

Esses gráficos mostram que todas as Credes encontram-se no critério Crítico. Apesar da melhora visível entre 2008 e 2009, nenhuma das Credes se situa nos critérios superiores (Intermediário e Adequado).

Gráfico 5.5: Proficiência média em Língua Portuguesa dos alunos de 3º ano do Ensino Médio - 2008/2009

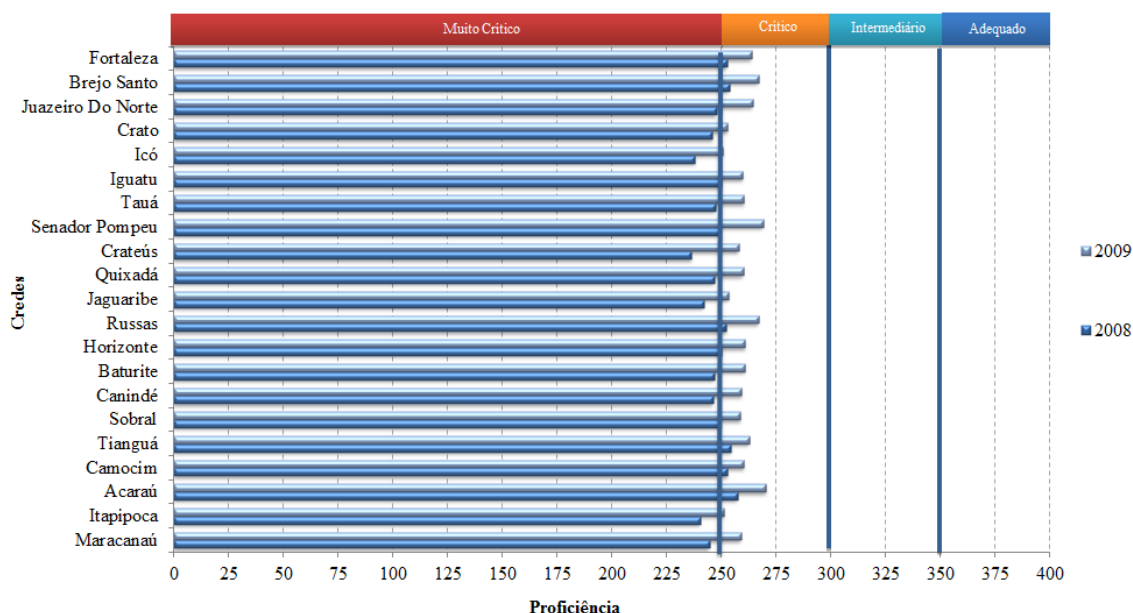


Fonte: SPAECE, 2008 e 2009. Tabulações IETS, 2010.

No caso da prova de matemática (Gráfico 5.6), os resultados do SPAECE ainda são mais precários do que os resultados da prova de língua portuguesa (Gráfico 5.5). Em 2008, 13 Credes se situavam no nível “Muito Crítico”.

Cotejando os dois eixos de análises – os resultados significativos dos alunos premiados com esses que mostram um quadro geral crítico por Crede – duas hipóteses devem ser cogitadas. Em primeiro lugar, o número de alunos que mostraram um desempenho adequado e, portanto, foram premiados é reduzido de tal forma a não ter influência nenhuma no agregado. A segunda hipótese consiste em que o Prêmio atingiu apenas as escolas de qualidade. Se isto for verdade, o Prêmio não tem como influenciar o quadro geral apresentado nos Gráficos 5.5 e 5.6, dado que existe uma maioria de escolas que revelam uma baixa qualidade educacional.

Gráfico 5.6: Proficiência média em Matemática dos alunos de 3º ano do Ensino Médio - 2008/2009



Fonte: SPAECE, 2008 e 2009. Tabulações IETS, 2010.

5.3 Análise da influência do Aprender pra Valer na transição do nível de desenvolvimento das escolas

O exercício proposto de transição das escolas do estado do Ceará revela que a grande maioria das escolas migrou do critério Muito Crítico para Crítico tanto em língua portuguesa quanto em matemática. O Gráfico 5.7 mostra que 13% das escolas que em 2008 já estavam no nível muito crítico nas provas de língua portuguesa para a primeira série do ensino médio permaneceram nesse nível em 2009, mas que 86% passaram para o nível crítico. Por outra parte, das escolas consideradas no nível crítico em 2008, 91% permaneceram nesse nível e apenas 8% passaram para o nível intermediário.

O exercício de transições para a prova de matemática da primeira série do ensino médio revela um quadro ainda mais comprometido do que o quadro da prova de língua portuguesa nas escolas

do Estado do Ceará: 90% das escolas que em 2008 estavam no nível muito crítico permaneceram no mesmo nível em 2009, apenas 10% migraram para o nível crítico em 2009. As escolas que em 2008 se encontravam no nível crítico 80% permaneceram no mesmo nível; pior ainda, 17% das escolas que se encontravam no nível crítico em 2008 regrediram para o nível muito crítico em 2009 (Ver Gráfico 5.8).

Este quadro é semelhante para todas as séries do ensino médio no caso das provas de língua portuguesa. No que tange às provas de matemática para a segunda e terceira série do ensino médio, se verifica uma melhora na transição de muito crítico para crítico em 2009. No entanto, a medida que se avança na escala verifica-se uma situação estática (Ver Anexo estatístico).

As transições mostram um quadro diferente nas escolas premiadas entre 2008 e 2009 (Ver Gráficos 5.9-5.11). No caso das provas de língua portuguesa, tem-se que:

- a) Não existem escolas no nível muito crítico e nem no nível adequado em nenhuma das três séries do ensino médio;
- b) Na primeira série não se verificou nenhuma transição na escala (Ver Gráfico 5.9);
- c) Nas segunda e terceira série do ensino médio verificaram-se transições do nível crítico para o nível intermediário, com maior força na terceira série, 27% das escolas passaram para o nível intermediário (Ver Gráficos 5.10 e 5.11);
- d) As escolas que se situavam no nível intermediário não experimentaram transições nas duas últimas séries do ensino médio (Ver Gráficos 5.10 e 5.11).

No caso das provas de matemática, tem-se que:

- a) Não existem escolas contempladas pelo prêmio no nível muito crítico na terceira série do ensino médio. Por outra parte, não existem escolas premiadas com nível adequado no ensino médio;
- b) Na primeira série não se verificou nenhuma transição na escala muito crítico para crítico entre 2008 e 2009. Por outra parte, 63% das escolas que se encontravam no nível crítico passaram para o nível intermediário (Ver Gráfico 5.12);
- c) Na segunda série do ensino médio não se observou nenhuma transição entre 2008 e 2009 (Ver Gráfico 5.13);
- d) O quadro do item b) também se verificou na terceira série do ensino médio.

Nas páginas anteriores da presente seção colocou-se como hipótese o impacto reduzido do programa no quadro geral da educação do ensino médio e a possibilidade de o Aprender pra Valer beneficiar as escolas melhor estruturadas. A análise de transições robusteceu essas afirmações, mostrando um quadro estático no que diz respeito às transições.

6. Conclusões e recomendações

Em linhas gerais observou-se que os desenhos dos programas analisados possuem diferentes resultados no SPAECE, dependendo de alguns fatores:

- a) O nível de partida de cada escola no momento em que é incorporada nos diversos programas,
- b) O desenho e o sistema de incentivos para melhorar a gestão escolar,
- c) A abrangência de cada programa,

Com esses fatores em mente, é possível afirmar que o Prêmio Escola Nota 10 mostrou um sistema de incentivos construído de tal forma que é possível observar a sua influência no quadro geral de resultados no SPAECE. A brecha entre escolas apoiadas e premiadas mostrou reduções importantes no desempenho dos alunos.

Talvez o fator mais importante neste Prêmio seja a forma como foram pensadas as condicionalidades de cada grupo para receber o recurso.

O Aprender pra Valer poderia se inspirar no formato do Prêmio Escola Nota 10. Os resultados até hoje observados revelam pouca influência no quadro comprometido do ensino médio do Estado do Ceará. No interior das escolas participantes, o Aprender pra Valer também mostra resultados pouco significativos e tópicos. Em geral, o Prêmio permitiu apenas que as escolas se mantivessem nos seus níveis.

No que tange ao PDE-Escola, tem-se que a abrangência, com base no SPAECE revelou três tendências que merecem atenção. Primeira tendência, poucas escolas fundamentais cearenses se beneficiam do PDE-Escola, representando menos de 3% do universo total no período analisado. Quase a totalidade está concentrada no CREDE Fortaleza, a capital. Por fim, há uma redução geral e ampla do número de escolas e alunos no espaço de um ano, o que parece significativo. Esta abrangência limitada contextualizou o restante da análise.

Esses dados revelam que, no espaço de um ano, não é possível identificar uma consequência qualitativa nas escolas gerada pelos repasses financeiros do MEC, através do seu fundo, o FNDE, conforme fora outrora explicado.

A proficiência média dos alunos em língua portuguesa e matemática, no período 2008/2009 é, considerando o universo das escolas fundamentais do Ceará, baixo (atinge um máximo de 185 na escala de 0 a 500 do SPAECE, sendo seu mínimo 175,2, conforme os gráficos 4.3 e 4.4). As escolas beneficiadas pelo PDE-Escola apresentam melhoria, em nível similar à média do universo de escolas, mas ambos são novamente baixos (variando entre 1,7 e 5,9 na escala de 0 a 500, consideradas ambas as categorias, conforme os mesmos gráficos).

Outra observação é que a maioria dos alunos se situa nas classificações intermediário ou crítico. Aqui também transparece que a influência do PDE-Escola na qualidade do aprendizado é restrita já que, proporcionalmente, a melhoria observada de um ano para o outro nas escolas com PDE é similar à das escolas municipais, que servem de referência por não receber esse recurso.

A avaliação em nível escolar, que as classifica com os critérios, de “muito crítico”, “crítico”, “intermediário” e “adequado” não aponta para uma melhora ou piora.

Finalmente, pesquisa primária deverá ser realizada com o objetivo de relacionar a gestão escolar com os resultados do SPAECE. Na presente pesquisa, devido a sua natureza, apenas foi possível constatar relações e associações que proporcionam fortes indicativos para orientar as futuras pesquisas de campo.

Por exemplo, todo indica que Prêmio Escola Nota 10 pode ser um excelente espaço para identificar escolas com melhores práticas.